



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade apresentar as justificativas e fundamentos técnicos para a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões magnéticos do tipo “Vale-Feira”, destinados aos servidores públicos municipais de São Geraldo/MG.

A iniciativa visa à implementação de um benefício social voltado exclusivamente à aquisição de produtos da agricultura familiar, comercializados na feira livre local, como instrumento de fortalecimento da economia local, estímulo à produção agroecológica e melhoria da segurança alimentar dos servidores beneficiários.

A contratação está prevista na Lei Municipal nº 2.521/2025, que autoriza a criação do benefício “Vale-Feira” e delega à Administração a regulamentação dos valores, critérios de concessão e mecanismos de controle. O benefício será operacionalizado mediante cartão magnético com QR Code, cujo uso será restrito ao período de funcionamento da feira (sextas-feiras, das 16h às 20h), e aos feirantes previamente credenciados pela Prefeitura.

Este ETP atende ao disposto no artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e tem como objetivo demonstrar a viabilidade da contratação, identificar os requisitos da solução mais adequada, e orientar a elaboração do Termo de Referência, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A presente contratação se justifica pela necessidade de criação e implementação do programa **Vale-Feira**, um benefício socioeconômico destinado aos servidores públicos municipais de São Geraldo/MG, conforme autorizado pela **Lei Municipal nº 2.521/2025**.

O benefício consiste na concessão de crédito mensal, no valor de R\$ 50,00 por servidor, a ser utilizado exclusivamente na **Feira da Agricultura Familiar**, realizada semanalmente no centro da cidade. O uso do benefício será controlado por meio de **cartão magnético com QR Code**, de modo a restringir sua utilização ao horário e local estabelecidos, bem como aos feirantes previamente cadastrados pela Administração Municipal.

A proposta busca resolver três problemas principais sob a perspectiva do interesse público:

1. **Fortalecimento da agricultura familiar:** Ao garantir mercado direto para pequenos produtores locais, a ação incentiva práticas sustentáveis, a produção agroecológica e o comércio justo;
2. **Valorização dos servidores municipais:** Oferece um benefício adicional que melhora o poder de compra dos trabalhadores, especialmente no acesso a alimentos frescos e saudáveis;
3. **Estímulo à economia local:** Os recursos injetados na feira fortalecem os circuitos curtos de comercialização, promovendo o desenvolvimento econômico de base comunitária.

Assim, a contratação visa garantir uma **solução tecnológica e operacional segura e eficiente** para a concessão do benefício, com controle de uso, emissão de relatórios, suporte técnico e ferramentas de gestão, de forma a assegurar **transparência, rastreabilidade e eficiência no uso dos recursos públicos**.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), a contratação encontra-se alinhada aos instrumentos municipais de planejamento, uma vez que se trata de um serviço de natureza continuada, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A solução a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, considerados necessários e suficientes para a plena execução do objeto, garantindo eficiência, segurança, rastreabilidade e aderência aos objetivos do programa Vale-Feira:

a) Funcionalidades Técnicas da Solução:

- Fornecimento de cartões magnéticos com tecnologia QR Code, compatíveis com sistema digital de controle de uso;
- Sistema web para gerenciamento completo das operações, com acesso individualizado (usuário e senha), controle de recargas e geração de relatórios gerenciais;
- Aplicativo funcional para os servidores beneficiários e feirantes, com acesso a limite disponível, extrato de compras, notificações e suporte técnico;
- Mecanismo de bloqueio automático do cartão fora do horário permitido (sextas-feiras, das 16h às 20h), com possibilidade de parametrização de dias e horários adicionais pela Administração;
- Ferramenta de cadastro e controle de feirantes, com gestão da autorização de vendas por CNPJ ou CPF;
- Possibilidade de incluir vigência e periodicidade das recargas, sendo semanal, quinzenal ou mensal;
- Relatórios mensais e sob demanda, contendo movimentação de cartões, valores transacionados, quantidade de feirantes ativos e eventuais falhas do sistema.

b) Requisitos Operacionais e Administrativos:

- A empresa contratada será responsável por todo o suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva da plataforma, sem custos adicionais à Administração;
- Treinamento inicial aos servidores públicos responsáveis pela gestão do sistema;
- Segurança da informação, com garantia da integridade e confidencialidade dos dados pessoais e financeiros dos usuários;
- Proibição de saques, transferências ou uso fora da feira, assegurando o uso vinculado à finalidade legal e social do benefício;
- A empresa deverá assumir todas as despesas operacionais, administrativas, fiscais, de suporte e manutenção do sistema, sem qualquer custo adicional além da taxa contratual.

c) Conformidade Legal e Normativa:

- A solução deverá estar de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios da Administração Pública, da proteção de dados pessoais e da transparência na gestão de recursos públicos;
- O sistema e os equipamentos utilizados devem estar em conformidade com as normas da ABNT e outras regulamentações técnicas aplicáveis.

Esses requisitos foram definidos de forma a assegurar a efetividade do programa Vale-Feira, a economicidade da contratação e a aderência às diretrizes legais e ao interesse público.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

As quantidades foram estimadas com base na demanda verificada pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente. O quadro com o detalhamento do objeto e quantitativo, estão no tópico 1.5 do Termo de Referência.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Para definição da solução mais adequada à implementação do programa Vale-Feira, foi realizado levantamento de mercado com empresas atuantes no setor de benefícios sociais e soluções de pagamento digital, com foco em cartões com tecnologia magnética e QR Code, associados a sistemas de controle web e aplicativos móveis.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Foram analisadas as seguintes alternativas:

a) Desenvolvimento interno pela Prefeitura:

Considerada inviável diante da necessidade de equipe técnica especializada, infraestrutura de TI robusta e manutenção contínua da solução. O custo de implementação e operação superaria os benefícios, além de comprometer a segurança, a rastreabilidade e o suporte técnico.

b) Utilização de vales impressos:

Apesar de baixo custo inicial, essa alternativa foi descartada por apresentar elevado risco de fraudes, ausência de controle em tempo real, dificuldade de rastreamento das transações e pouca aderência à política pública de inovação e digitalização.

c) Contratação de empresa especializada:

A alternativa mais vantajosa, por reunir as seguintes características:

Tecnologia consolidada no mercado, com capacidade de fornecimento de cartões magnéticos com QR Code; Plataforma web segura e de fácil gerenciamento pela Administração;

Aplicativo com funcionalidades para feirantes e servidores;

Suporte técnico contínuo e emissão de relatórios automatizados e customizáveis;

Controle de uso por horário e local, conforme critérios da Administração Municipal.

Justificativa técnica e econômica da escolha:

A contratação de empresa especializada permite maior eficiência, segurança e transparência, além de reduzir riscos operacionais e assegurar a rastreabilidade e o controle das transações. Trata-se da solução mais alinhada aos princípios da economicidade e do interesse público, por evitar despesas com desenvolvimento interno e garantir a entrega de uma solução tecnológica completa e pronta para uso.

Pesquisa de preços:

Foi realizada consulta formal junto a fornecedores do setor, com base nas especificações técnicas definidas no Termo de Referência. Os valores obtidos foram consolidados em planilha própria, conforme modelo padrão da Administração Pública, e serão utilizados como referência para a definição do preço estimado da contratação, nos moldes exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Considerando a opção tida como a mais adequada, foi realizada pesquisa de mercado, conforme documentos constantes nos autos do processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A solução prevista consiste na contratação de empresa especializada para fornecer e gerenciar o benefício **Vale-Feira**, por meio da emissão de cartões magnéticos com QR Code e sistema integrado de controle e administração, voltado exclusivamente ao uso pelos servidores municipais na Feira da Agricultura Familiar de São Geraldo/MG.

A empresa deverá fornecer uma solução completa, composta por:

- Cartões personalizados com tecnologia segura e uso restrito à feira;
- Sistema web para gestão de usuários, créditos, relatórios e parametrização de horários de uso;
- Aplicativo para feirantes e beneficiários, com funcionalidades como consulta de saldo, extrato e notificações;
- Cadastro e gerenciamento dos feirantes autorizados a receber o cartão como forma de pagamento.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O sistema deverá permitir o controle de uso por horário e local, com bloqueio automático fora das condições determinadas pela Administração. Também deverá permitir recargas periódicas (quinzenais), além de emitir relatórios detalhados de movimentações e uso.

A contratada será responsável pela **implantação, manutenção e suporte técnico integral da plataforma**, incluindo atualizações corretivas e evolutivas durante toda a vigência do contrato, sem custos adicionais para a Prefeitura. Deverá ainda treinar os servidores responsáveis pelo gerenciamento da solução.

A empresa contratada assumirá integralmente as obrigações operacionais, técnicas e financeiras, garantindo o funcionamento contínuo da solução, com a devida segurança da informação, transparência e rastreabilidade das transações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A contratação pretendida **não será parcelada**, uma vez que se refere à aquisição de uma **solução integrada**, que exige compatibilidade total entre os componentes tecnológicos e operacionais do serviço, incluindo o fornecimento dos cartões, o sistema de gestão, o aplicativo, o suporte técnico e os relatórios gerenciais.

O fracionamento da contratação comprometeria a padronização, a segurança e a interoperabilidade da solução, além de dificultar a responsabilização contratual e a fiscalização da execução. A prestação do serviço depende da atuação coordenada de todos os elementos previstos, o que justifica a condução do processo em lote único.

Dessa forma, o não parcelamento encontra respaldo na **natureza indivisível do objeto**, sendo medida necessária para garantir a eficiência, a economicidade e a plena execução da política pública instituída pela Lei Municipal nº 2.521/2025.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A contratação de empresa especializada para o gerenciamento e fornecimento do Cartão Magnético Vale-Feira tem como principal finalidade conceder benefício alimentar aos servidores públicos municipais, fomentando simultaneamente a agricultura familiar local, por meio da utilização exclusiva dos créditos na feira livre municipal.

Resultados pretendidos com a contratação:

1. Economicidade:

- A contratação com critério de julgamento pelo *menor preço (taxa) global* garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- A definição prévia das taxas (de repasse, sobre venda e global) permite controle efetivo dos custos, com estimativa anual precisa e previsibilidade orçamentária.
- O sistema de recargas quinzenais evita acúmulo e desperdício de recursos públicos.

2. Melhor aproveitamento dos recursos humanos:

- A automatização do controle de créditos, extratos e relatórios reduz o tempo de trabalho manual de servidores municipais, liberando-os para atividades estratégicas.
- O sistema web e o aplicativo permitem a descentralização da gestão operacional, diminuindo a necessidade de intervenção direta da equipe da Prefeitura.

3. Melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros:

- A aquisição de uma solução tecnológica integrada (cartões magnéticos, sistema web e aplicativo) elimina a necessidade de investimento municipal em desenvolvimento interno de sistemas.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- Os custos administrativos e operacionais são de responsabilidade da contratada, não gerando encargos adicionais para o Município.
- O uso controlado dos cartões dentro de dias e horários definidos evita fraudes e uso indevido dos recursos públicos.

4. Impacto socioeconômico positivo:

- Estímulo à economia local por meio do aumento da renda dos feirantes cadastrados.
- Melhoria na qualidade da alimentação dos servidores, com reflexos na saúde e na produtividade.

Portanto, a contratação proposta representa uma solução eficiente, segura e sustentável para atender aos objetivos sociais e econômicos da Administração Municipal, dentro dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da Portaria Municipal nº 31/2023).

Não se vislumbram providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que os servidores designados para gestão e fiscalização da contratação possuem conhecimento do objeto e já passaram por capacitação no exercício de 2023 para acompanhamento da execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da contratação em análise.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Descrição dos possíveis impactos ambientais:

A presente contratação envolve predominantemente a prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de cartões magnéticos com QR Code e a implementação de soluções tecnológicas (sistema web e aplicativo). Em função dessa natureza, os impactos ambientais diretos são reduzidos. Contudo, algumas externalidades ambientais potenciais podem ser observadas:

- Geração de resíduos sólidos relacionados à emissão dos cartões magnéticos (plástico e componentes eletrônicos);
- Consumo de energia elétrica para manutenção dos servidores e operação dos sistemas tecnológicos utilizados (sistema web e aplicativos).

Medidas mitigadoras e requisitos sustentáveis previstos:

1. Baixo consumo de recursos:

- A contratação prioriza soluções digitais e automatizadas, o que reduz o uso de papel e insumos físicos na operação.
- O sistema web e o aplicativo dispensam o uso de impressões e materiais físicos no gerenciamento e na emissão de relatórios.

2. Logística reversa e descarte consciente:



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- Embora o Termo de Referência não exija expressamente um plano de logística reversa, recomenda-se que, ao fim da vida útil dos cartões, a contratada se responsabilize pelo descarte ambientalmente correto dos mesmos, com destinação adequada dos resíduos eletrônicos e plásticos, conforme as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- A Administração poderá inserir essa obrigação de logística reversa no edital, reforçando o compromisso ambiental da contratação.

3. Sustentabilidade no desenvolvimento do sistema:

- A empresa contratada deverá adotar boas práticas de eficiência energética na hospedagem do sistema e no uso de datacenters certificados, preferencialmente com fontes de energia limpa e com estrutura escalável.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XIII da Portaria Municipal nº 31/2023)

Diante do exposto, observa-se que a contratação da solução pretendida, possui viabilidade técnica, operacional e orçamentária, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 13 de junho de 2025.

Náiron Ribeiro de Almeida
Chefe de Divisão de Agricultura e Meio Ambiente